

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
para EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA e a CULTURA - UNESCO

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
46^a. Sessão

**" EDUCAÇÃO PARA TODOS PARA APRENDER A VIVER JUNTOS:
conteúdos e estratégias de aprendizagem - problemas e soluções "**

Centro da Conferência Internacional, Genebra
5-8 de Setembro de 2001

**CONCLUSÕES E PROPOSTAS PARA AÇÃO
SURGIDAS NA QUADRAGÉSIMA- SEXTA SESSÃO
DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO (CIE)**

CONCLUSÕES E PROPOSTAS PARA AÇÃO
SURGIDAS NA QUADRAGÉSIMA- SEXTA SESSÃO
DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO (CIE)

PREÂMBULO

1. O Escritório Internacional de Educação, no exercício de seu papel de centro da UNESCO especializado em conteúdos e métodos da educação, organizou a quadragésima-sexta sessão da Conferência Internacional de Educação, em Genebra, de 5 a 8 de Setembro de 2001.
2. Mais de 600 pessoas participaram das discussões, das quais oitenta eram ministros ou vice-ministros da educação, vindos de 127 Estados Membros da UNESCO, junto com nove representantes de organizações de intergovernamental, treze não-governamental e três fundações.
3. O objetivo de aprofundar e fazer prosperar o diálogo ao nível das políticas educacionais sobre os problemas e as perspectivas de soluções, visando melhorar a qualidade da educação para *aprender a viver juntos*, foram largamente alcançados. Estas conclusões e as propostas de ações resultantes resumem a profusão de deliberações e de trabalhos preparatórios – isto é, o Fórum Internet, as mensagens dos ministros, os informes nacionais, as “boas práticas” e outros. Todo o conjunto do que fazer será conhecido através do Relatório Final, os informes dos seminários, e os outros documentos que serão publicados depois da Conferência.
4. As presentes conclusões, de 8 de Setembro de 2001, resultam dos debates principais, das sessões plenárias bem como dos seis seminários que aconteceram durante a Conferência. Elas se destinam aos governos, às organizações internacionais governamentais e não-governamentais, aos professores e às suas organizações profissionais, à mídia e a todos os atores das sociedade civil cujos esforços se voltam para a melhoria de qualidade da educação, o favorecimento do diálogo e o desenvolvimento da capacidade de viver juntos.

A. OS DESAFIOS

5. Dado a enorme complexidade dos problemas que as sociedades têm que enfrentar, particularmente a globalização, as insuportáveis desigualdades entre e dentro os países, *aprender a viver juntos*, um conceito criado pela Comissão de Internacional da Educação para o Século XXI, se tornou uma necessidade em todas as regiões do mundo.
6. Um dos principais desafios que os sistemas educativos enfrentam é o de garantir e respeitar o direito de educação para todos. Não obstante, o direito das crianças para ter livre acesso à escola está longe de ser respeitado em todos os lugares no mundo e, particularmente, nos países que experimentam situações de guerra, ocupação, violência e intolerância.
7. O apelo para que a educação supere os desafios que as sociedades enfrentam, não é um fenômeno novo. Mesmo assim, hoje, as expectativas tornaram-se muito mais urgentes, dando a impressão que a educação, por si só, pode superar os problemas que existem nos países e ao nível internacional.
8. Ambas, a educação formal e a educação não formal são ferramentas indispensáveis para iniciar e promover os processos sustentáveis de construção da paz, a democracia e os direitos humanos; mas elas sozinhas não podem prover soluções para a complexidade, as tensões e as contradições do mundo atual.

9. No entanto, é preciso, como se enfatizou na Declaração de Jomtien¹ e no Marco de Ação de Dakar², que os esforços a nível nacional e internacional para o desenvolvimento da educação sejam complementados por estratégias globais para erradicar a pobreza e promover a participação na vida política, social e cultural.
10. A realização do objetivo de educação para todos vai além do empenho para se alcançar a escolarização universal. Em cada país, a procura para coesão social, a luta contra desigualdade, o respeito à diversidade cultural e o acesso à sociedade de conhecimento que pode ser facilitado pelas tecnologias de informação e comunicação, será alcançado através de políticas que enfoquem a melhoria da qualidade da educação.
11. Estas políticas devem superar os obstáculos impostos pelas desigualdades de acesso, assim como pelos riscos de exclusão nos âmbitos dos idiomas, da ciência e da tecnologia.
 - No que se refere aos idiomas, cabe observar que inúmeros países são multilíngues, embora haja um único idioma oficial de comunicação.
 - Com relação à ciência e a tecnologia, particularmente aquelas da informação e da comunicação, o abismo está se tornando cada vez mais largo devido à desigualdade ao acesso aos avanços mais recentes.

B. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS

12. Em todo o mundo há uma forte vontade política, por parte de numerosos governos e professores, para adaptar os conteúdos, as estruturas e os métodos da educação para responder aos desafios acima mencionados.
13. As experiências das políticas e das práticas educacionais indicam que é necessário considerar as reformas mais como processos do que como produtos. Estas podem surgir tanto das decisões governamentais como de iniciativas de outras partes implicadas. O modo pelo qual elas são implementadas, envolvendo a mobilização de todos os atores, é tão importante quanto o seu conteúdo.
14. Na comunidade internacional já existem certos consensos básicos no que se refere à linhas de ação voltadas para a promoção a capacidade e a vontade de viver juntos. Os responsáveis pelas políticas de educação, a nível nacional, expressaram claramente sua boa vontade para buscar a implementação desses acordos.
15. A avaliação dos resultados dos processos de reforma, e das “boas práticas”, nos permite vislumbrar tanto algumas condições próprias de cada contexto cultural, como também ressaltar algumas características comuns.

C. PROPOSTAS PARA A AÇÃO

16. Todo o conjunto de práticas docentes e educativas voltadas para o viver juntos deveria ser melhor conhecido, ser amplamente disseminado e explorado para fortalecer as capacidades endógenas de cada país.
17. A formação em matéria de diálogo político é indispensável para alcançar o objetivo principal de melhorar a qualidade da educação para todos.

¹ Nota do Tradutor: Trata-se da Declaração Mundial de Educação Para Todos (*Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.*) Para conhecer o **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**, proposto a partir dessa Conferência, consultar o endereço: <http://www.unicef.org/brazil/jomtien.htm>

² Nota do tradutor: Trata-se do documento: O Marco de Ação de Dakar. Educação Para Todos: Atingindo nossos Compromissos Coletivos - Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação - Dakar, Senegal - 26 a 28 de abril de 2000. Para conhecer o texto consultar o endereço: http://www.unesco.org.br/publica/Doc_Internacionais/marcoDakar.asp

18. Processos de reforma devem ser continuados ou deveriam ser empreendidos nos seguintes domínios:

► *Conteúdos:*

- Adaptar os currículos e atualizar os seus conteúdos para que reflitam:
 - as mudanças econômicas e sociais, e em especial, as decorrentes da globalização, da migração e a da diversidade cultural;
 - a dimensão ética do progresso científico e tecnológico;
 - a crescente importância da comunicação, da expressão e da capacidade para escutar e dialogar, primeiro na língua materna, e depois no idioma oficial do país, como também em um ou mais idiomas estrangeiros;
 - a contribuição positiva que pode resultar da integração de tecnologias no processo de aprendizagem.
- Desenvolver abordagens e competências disciplinares e interdisciplinares
- Apoiar e fomentar as inovações
- Buscar, no desenvolvimento de currículos, a sua relevância nos níveis locais, nacionais e internacionais.

► *Métodos:*

- Promover os métodos de aprendizagem ativa e o trabalhos em grupo
- Encorajar o desenvolvimento integral e equilibrado e preparar a pessoa para o exercício de uma cidadania ativa, aberta para o mundo.

► *Professores:*

- Facilitar uma participação genuína dos professores nos processos de tomada de decisão da escola, através da formação e outros meios.
- Melhorar a formação dos professores para que eles possam desenvolver melhor, em seus alunos, os comportamentos e valores de solidariedade e tolerância, preparando-os para prevenir e resolver conflitos de forma pacífica e para respeitar a diversidade cultural.
- Modificar a relação entre o professor e o aluno para responder à mudança da sociedade.
- Melhorar o uso das tecnologias da informação e da comunicação na formação docente e nas práticas de sala de aula.

► *Cotidiano das Instituições educacionais*

- Criar na escola um clima de tolerância e respeito que propicie o desenvolvimento de uma cultura democrática.
- Dotar a escola de um modo de funcionamento que estimule a participação dos alunos na tomada de decisões.
- Propor uma definição compartilhada de projetos e atividades de aprendizagem.

► *Pesquisa educacional:*

- Estimular a pesquisa que permita clarificar o conceito de *aprender a viver juntos* e as suas implicações para as políticas e práticas educativas.
- Promover a pesquisa sobre a formulação de conteúdos e métodos de ensino relativos ao *aprender a viver juntos*.
- Estimular a realização de estudos comparativos em contextos sub-regional, regional e trans-regionais.

19. Parcerias:

- Considerando que a educação não é a única resposta para o desafio do *aprender a viver juntos*, sua melhoria não requer só a contribuição da escola, mas também a de todos os atores interessados. Por isso, é preciso constituir e fortalecer parcerias genuínas com o conjunto de toda a sociedade: professores, comunidades, famílias, o setor econômico, os meios de comunicação, as ONGs, e as autoridades intelectuais e espirituais.
- Parcerias são também necessárias para ampliar o acesso para o uso efetivo das novas tecnologias da informação e da comunicação.

20. *Aprender a viver juntos* requer políticas de desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida, começando na educação infantil, e dando atenção particular ao período de adolescência (12-18 anos).

D. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

21. O desenvolvimento de atividades de cooperação de internacional para melhorar a qualidade de educação para todos, para *aprender a viver juntos*, deveria basear-se em seis princípios principais:

- Fortalecer a função do Escritório Internacional de Educação – IBE/UNESCO como um observatório de tendências, como também o seu papel no desenvolvimento de bancos de dados e de sistemas de informação facilmente acessíveis.
- Coletar os resultados da pesquisa educacional relacionada com o desenvolvimento de conteúdos, e promover estudos comparativos aos níveis sub-regionais e regionais, disseminando-os mundialmente.
- Criar redes de cooperação a nível internacional, regional e sub-regional, que facilitem a troca de experiências e promovam projetos em comum para fortalecer as capacidades endógenas.
- Formar os decisores dos sistemas educativos em termos de diálogo político para promover a definição de objetivos convergentes, a busca de consensos e a mobilização de parcerias.
- Experimentar novas modalidades de assistência técnica proporcionadas por organismos de cooperação bi ou multilaterais, a fim de se considerar não só a colaboração Norte-Sul, mas também a colaboração Sul-Sul.
- Fortalecer as parcerias entre UNESCO e outras importantes organizações intergovernamentais.

E. O PAPEL DE UNESCO E DE SEUS INSTITUTOS ESPECIALIZADOS

22. As conclusões da 46^a. Conferência Internacional da Educação são comunicadas para a Conferência Geral da Organização a fim de que sejam consideradas para enriquecer o processo de reflexão e reforçar, a pequeno, médio e longo prazo, os programas de ação da UNESCO, de seu Escritório Internacional de Educação, e os outros institutos especializados, visando melhorar a qualidade da educação.